

Texto, leitor e autor nos gêneros editorial e comentário do leitor na *Folha de São Paulo*

Text, reader and author in editorial genre and reader comment from *Folha de São Paulo*

Anderson Ferreira¹

RESUMO: Este artigo visou a analisar a relação entre texto, leitor e autor nos gênero editorial e no gênero comentário do leitor do jornal *Folha de São Paulo*. Privilegiamos como aporte teórico-metodológico as contribuições da Linguística Textual (LT) em sua fase atual, mormente, aquelas relacionadas aos campos da leitura e da escrita, em que se relacionam às concepções de texto, textualidade e contexto. Procurou-se observar o conteúdo temático dos gêneros selecionados de modo global, ou seja, na sua inter-relação. Deste modo, questionou-se de que forma os comentários dos leitores publicados no *Painel do Leitor* da *Folha de São Paulo* contribui para instaurar um debate acerca da atuação da polícia, secundarizando outras questões sociais como desemprego e legalização de comércio irregular e, de outro modo, mitigando as consequências familiares pela morte da vítima. Nota-se que a seleção feita pelo jornal, ao publicar os comentários de leitores acerca do editorial, tem por escopo deslocar o debate sobre minorias para o âmbito institucional que diz respeito à atuação da polícia no Brasil, considerada truculenta e despreparada.

Palavras-chave: texto; leitor; autor; leitura; contexto

ABSTRACT: This article aimed to analyze the relationship among text, reader and author in the editorial genre and genre reader comments of *Folha de São Paulo* newspaper. Privilege as a theoretical and methodological input the contributions of Textual Linguistics (TL) in its current phase, especially those related to the fields of reading and writing, as they relate to the concepts of text, textuality and context. We tried to observe the thematic content of the selected genres holistically, in other words in their interrelationship. Thus, we asked how readers' comments posted on the Reader's Panel of *Folha de São Paulo* contributes to establish a discussion about the role of the police, subordinating other social issues such as unemployment and legalization of unregulated trade and otherwise by mitigating the consequences by family victim's death. We note that the selection made by the newspaper to publish reader comments about the editorial, has scope for shifting the debate about minorities for the institutional framework with respect to the actions of the police in Brazil, considered truculent and unprepared.

Keywords: text; reader; author; reading; context

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Propomos, neste artigo, dois modos de olhar as amostras por nós selecionadas. A primeira consiste em olhá-lo de modo linear. A segunda consiste em verificá-la de modo *não*

¹ Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP/CAPES. E-mail: andersonportovelho@gmail.com

linear em que consideramos o conjunto dos textos publicados pela *Folha de São Paulo* no *Painel do Leitor*, como um único texto. Esses dois modos não se excluem, ademais, em ambos, o texto é concebido como uma entidade multifacetada constituída numa relação sócio-cognitiva-interacional. Assim, nosso trabalho será apresentado da seguinte maneira. Em primeiro lugar, apresentaremos as condições de produção que possibilitaram a emergência das amostras selecionadas. Em seguida, discutiremos a concepção de texto apresentada no campo da Linguística Textual na atualidade. Depois, abordaremos algumas concepções de autor e leitor do ponto de vista sócio-cognitivo-interacional e, por fim, analisaremos as amostras selecionadas com intuito de discutir em torno da seguinte questão: Como se dá a relação entre texto, leitor e autor no gênero editorial e no gênero comentário do leitor no *Painel do Leitor* da *Folha de São Paulo*?

OS COMENTÁRIOS DOS LEITORES A PARTIR DO EDITORIAL DA FOLHA DE SÃO PAULO

Segundo muitos estudiosos, embora um enunciado possa ser entendido pelo leitor de várias maneiras, essa diversidade de sentidos produzidos não é inesgotável. Há de se notar um espaço de indeterminação constituído entre a produção textual e a leitura, mas esse espaço não é um todo vazio. Observamos, no quadro de nossa análise, três categorias para a produção de sentidos, quais sejam: o texto, o autor e o leitor.

A princípio, diremos que o autor de nossas amostras refere-se a uma instância autoral constituída pelo jornal *Folha de São Paulo*. Devemos separar, no entanto, as condições de produção do gênero editorial e as condições de produção do gênero comentário do leitor, bem como os papéis sociais dos produtores de cada gênero. Embora os textos produzidos pelos leitores tenham uma referência no editorial da *Folha*, trata-se de modelos de contexto diferentes.

Como veremos mais adiante, a morte do camelô Carlos Augusto Muniz Braga - registrada em vídeo - foi espetacularizada pelas mídias e teve grande repercussão em canais de TV aberta, mormente, aqueles de viés sensacionalista. Dessa forma, tanto a instância jornalística, quanto o leitor são influenciados duplamente: pelos contextos primeiros e pelas práticas discursivas produzidas a partir deles.

A *Folha de São Paulo* publicou em 20 de setembro de 2014 o editorial *Homicídio Policial* em que defendia que a atuação da Polícia Militar de São Paulo fora truculenta e absurda. Tratava-se de uma ação de retirada de camelôs da região da zona oeste da capital. Essa ação mal sucedida acarretou na morte do camelô Carlos Augusto Muniz Braga, fato que foi registrado por uma câmera de celular e divulgado pelas redes de TV aberta.

Como se sabe o editorial de um jornal é uma produção que visa a colocar a opinião do jornal sobre determinado assunto. Esse gênero de discurso não possui um autor nomeado, a responsabilidade do dito é transferida à instância jornalística. No dia 22 de setembro, a *Folha* publicou, no *Painel do Leitor*, dois comentários de leitores acerca deste supramencionado editorial.

A *Folha de São Paulo* disponibiliza esse espaço para a participação de seus leitores que podem enviar notícias, fotos, vídeos ou comentários dos acontecimentos que, de acordo com o jornal, sejam relevantes no Brasil e no mundo. Nosso olhar recai sobre esse espaço de produção de sentidos, ou seja, na relação do gênero comentário do leitor e do gênero editorial. Este último mobilizado como objeto do conhecimento compartilhado dos leitores da *Folha*.

Deste modo, estamos considerando como texto não só a unidade textual, materializada por cada amostra selecionada, mas o conjunto das amostras, isto é, os comentários dos leitores e o editorial retomado na seção *Painel do Leitor*.

A CONCEPÇÃO DE TEXTO NO CAMPO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

A Linguística Textual (LT) se constituiu, ao longo das últimas décadas, por perspectivas diferentes em relação ao texto. Dessa forma, podemos conjecturar que, no interior dessa disciplina, o texto é visto por diferentes vieses. Em um primeiro momento, ele é visto como produto acabado, passando, então, numa segunda fase, a ser concebido como unidade básica de comunicação, podendo ser abordado para além de uma análise estritamente sintático-semântica. A partir da década de 1980, o texto é tido como resultado da ativação de processos mentais. Essa concepção fundamenta-se, notadamente, nos estudos de Beaugrande e Dressler (1981) e Van Dijk (1982).

Para Koch (2014), na atual fase em que se encontram os estudos da LT e nos resultados de atividade verbal dos indivíduos em uma sociedade, o texto pode ser entendido como uma manifestação verbal composta de elementos linguísticos organizados pelos

usuários para a atividade de comunicação, permitindo-lhes a apreensão de conteúdos na interação das práticas sociais. Portanto, o texto é considerado, na perspectiva dessa autora, como objeto resultante das atividades verbais dos indivíduos de uma sociedade, tendo um fim social de acordo com suas condições de produção.

Essa perspectiva contempla as ações propostas por Beaugrande (1997) e toma o texto como evento comunicativo. Segundo este autor, as ações linguística, cognitiva e social estão, intrinsecamente, relacionadas no objeto textual. Cada uma delas se configura de forma multifacetada, como demonstram seus respectivos quadros conceituais, de forma que propor uma concepção de texto convergindo essas três ações merece, de acordo com o autor, que se proceda de modo sucessivo.

Se desconectado dessas três ações, o *texto* revela-se fortemente opaco, já que a ação linguística como sons e palavras exige, necessariamente, a ação cognitiva dos participantes do discurso, na e pela ação social, num determinado contexto. Segundo Beaugrande (1997), esse sistema de conexões comporta um multi-sistema que abrange múltiplos sistemas interativos, ao mesmo tempo em que o texto deve conter em si unidades multifuncionais.

Deste modo, no quadro textual, os sons que ouvimos ou lemos é uma pequena parte dos múltiplos sistemas externos e internos condensados pelo texto. Na metáfora do *iceberg*, as sequências de sons que atravessam nossa audição ou leitura são apenas a ponta desse *iceberg* pela qual podemos produzir sentidos por meio das informações ali condensadas. Logo, para Beaugrande, o texto é um sistema real, manifestando escolhas reais, as quais são compostas de sistemas interativos e múltiplos que revelam nos textos unidades multifuncionais. O autor postula, portanto, a concepção de texto como *evento comunicativo em que convergem as ações linguísticas, cognitivas e sociais*. (BEAUGRANDE, 1997, p. 15)

No que tange a uma concepção ligada a fatores linguísticos, Sanding (2009) considera que o texto possui características prototípicas não excludentes. Dentre elas a autora destaca a coesão, a coerência, a intencionalidade, a situacionalidade e o tema.

A coesão não seria traço obrigatório no objeto textual, podendo estar totalmente ausente. A coerência, por sua vez, diz respeito às relações referenciais e semânticas, e, também, pode não estar presente no texto, mas pode ser inferida a partir dele e ajuda na definição do tema. Um texto pode não ter coesão e coerência, entretanto prescinde de uma função textual a qual a autora chama de intencionalidade.

Caso as funções do texto sejam diferentes, recorre-se a situação de uso. A situacionalidade esclarece a função de determinado texto, assim, em “Pare!”, por exemplo, somente a situação esclarece a função do texto, caso “Pare!” esteja escrito numa placa de trânsito, ou num cartaz de campanha contra o preconceito. E, por fim, o tema que, segundo a autora, é uma das características centrais do texto a ser constituído pelo trabalho de interpretação do leitor.

Há de se considerar, decerto, a conexão entre essas características, cujo percurso pode ser assim exposto: os textos são usados em situações de comunicação a fim de sanar problemas nas sociedades (situacionalidade/intencionalidade); eles dizem respeito a determinados fatos (tema/coerência); são integrados no quadro local pela coesão, sendo, pois, a função textual a mais determinante dessas características.

Hanks (2008), por seu turno, concentra-se no estatuto do texto enquanto produto e enquanto processo sociocultural. No fenômeno da vocalização do texto, nos elementos da organização textual, na relação do texto com o poder em contextos sociais, em alguns estudos etnográficos recentes do texto e em demais implicações desta literatura para as ciências sociais.

Logo, o texto, para o autor, quando usado de forma global, pode ser concebido para designar qualquer configuração de *signos coerentemente* interpretável pelos interlocutores de dada sociedade. Segundo ele, o termo *signo* suscita questões a respeito de *tipologia textual, meio, denso, repleto e unidades composicionais, o qualificador coerente, por sua vez, distingue o texto de um conjunto indefinido de outros fenômenos não textuais ou antitextuais*. (HANKS, 2008, p. 120)

Por haver interpretabilidade dos coenunciadores na sociedade, posiciona-se o texto na matriz social no meio da qual o discurso é produzido e compreendido. Isso, também, sinaliza uma disposição social que considera o texto um fenômeno comunicativo. Dessa maneira, *texto e textualidade*, conforme Hanks (2008), são partes de conjunto de conceitos interconectados, cujas noções de co-texto; meta-texto; con-texto; pré-texto; subtexto e pós-texto podem ser inseridas. *O matiz semântico preciso e a extensão do termo “texto” mudam, dependendo de quais partes desta variedade de conceitos se escolhe compreender*. (HANKS, 2008, p. 121)

Existe, portanto, uma relação entre o objeto *texto* e a perspectiva teórica a que o subjaz. No quadro teórico atual da LT, podemos considerar que a noção de texto implica a

convergência das ações linguísticas, cognitivas e sociais propostas por Beaugrande (1997). Nesse sentido, a concepção de texto está ligada de forma intrínseca ao conceito de textualidade que, de acordo com Hanks (2008), é a qualidade de coerência ou de conectividade caracterizadora do texto.

As diversas contribuições em relação ao objeto textual têm em comum a convergência das ações linguísticas, cognitivas e sociais, considerando a atividade textual como prática social. De outra forma, as concepções de textos aqui apontadas se complementam dado o enfoque da abordagem no campo da Linguística, constituindo categorias de análises fundamentadas em bases cognitivas e sociais.

LEITOR E AUTOR NO QUADRO SÓCIO-COGNITIVO-INTERACIONAL

A relação entre texto, autor e leitor deve ser pensada num processo sócio-cognitivo-interacional, sendo que essas categorias, embora possam ser vistas de modo separado, constituem-se no mundo de maneira híbrida. O resultado empírico dessa interação pode ser conferido na ação de compreensão, que, para Marcuschi (2008), não é apenas uma ação linguística e cognitiva, mas uma forma de se colocar no mundo, um modo de ação com o mundo e com o *outro*.

Nessa perspectiva, leitor e autor são pensados como instâncias empíricas, ou seja, indivíduos inseridos em dada comunidade que compartilham experiências, vivências cotidianas e produzem sentidos em sua relação com o texto e seu contexto. Com efeito, não há nenhum problema em falar de pessoas reais no processo de leitura e construção de sentidos. Contudo, devemos notar que esse ponto de vista resvala num problema que tem a ver com posicionamentos no e pelo discurso de formações sociodiscursivas. Esta noção, por ocasião dos objetivos deste trabalho, não será desenvolvida. Todavia, consideramos aqui a possibilidade de uma função-autor e uma função-leitor constituídas pelo discurso.

A discussão mais produtiva no estudo da leitura advém de considerações acerca do sentido do texto. Caberia perguntar se consideramos que um texto possui sentido, ou se o sentido é construído a partir do leitor? Ao discutir a perspectiva da psicologia e da linguística cognitiva, Schnotz (2009) ressalta que o texto não é portador de significados, ele se revela como objeto de estímulo para processos mentais de construção, os quais se apropriam de

informações externas ao texto e pelo conhecimento prévio do leitor. Esses processos de construção levariam à constituição de *uma representação mental dos fatos descritos no texto, o que é experimentado, subjetivamente, como uma “captação do significado do texto”*. (SCHNOTZ, 2009, p. 168)

Ainda segundo Schnotz, o autor, ao produzir um texto, acionaria suas experiências e seus conhecimentos adquiridos em sua relação com o outro para produzir sua própria representação mental acerca do objeto. Deste modo, o texto seria o conhecimento exteriorizado pelo autor, isto é, o autor, com seu texto, “quer dizer” algo sobre o mundo. Ao leitor, caberia, com base nessas informações textuais, à compreensão do texto. Logo, quanto mais próxima for a representação mental construída pelo leitor com a do autor, mais adequada seria a compreensão.

Ora, nessa perspectiva, não podemos dizer que o texto não tenha nenhum sentido. Seria adequado, talvez, pensar que o texto possa possuir vários sentidos, embora a ideia de adequação colocada por Schnotz leva-nos a pensar em apenas um: aquele produzido pelo autor do texto. Nesse particular, é relevante lembrar que o processo de construção textual não é realizado somente por aspectos linguísticos e cognitivos. O próprio Schnotz nos autoriza a acrescentar aos “conhecimentos dos outros” uma dimensão de exterioridade pela qual o autor, em sua atividade cognitiva, construiria seu texto. Essa harmonização, como propõe Schnotz, poderia ser compreendida por meio da noção de coerência.

Segundo Marcuschi (2008), a coerência diz respeito a uma atividade cognitiva construída num processo conjunto a partir do texto. Contudo, as relações de coerência podem não estar visíveis no texto, isto é, não é uma propriedade empírica do texto, é o leitor que por meio de sua produção de leitura constitui as possibilidades de interpretação. Deste modo, a coerência estaria mais na mente do leitor do que nas formas textuais, no entanto não se trata de uma construção idiossincrática na construção textual:

A coerência não depende de um voluntarismo do sujeito individual. O sujeito é histórico e social, acha-se inserido em contextos mais amplos que ele próprio e não tem domínio pleno do autor e do texto. O sujeito-leitor está submetido a uma série de condicionamentos e não tem consciência de todos eles. Assim, a coerência é também fruto de domínios discursivos dos quais procede o texto em questão (MARCUSCHI, 2008, p. 122).

Logo, pelo trabalho do leitor no texto, podemos construir, de modo estrito, um modelo de contexto. Falaremos de um contexto mais restrito se dissermos, no caso de nosso *corpus*, apenas sobre o evento que moveu a produção do texto, a saber: a morte do camelô. Mas falaremos de um contexto mais amplo se, por meio dos textos, produzirmos um debate acerca da violência policial, do desemprego, da divisão de renda e de questões sociais mais abrangentes.

Conforme Van Dijk (2012), o contexto é constituído pela interpretação dos participantes do discurso em uma dada sociedade. Essa construção dar-se-ia por meio de construtos [inter]subjativos. Contudo, essa acepção de contexto, se não bem observada, tende a reafirmar o conceito de que a [inter]subjatividade significa uma construção particular e individual do contexto. Devemos notar aqui a categoria de modelos mentais que são sócio-historicamente compartilhados. Portanto, a construção do contexto não ocorreria de modo individual. O que equivale a dizer que os construtos [inter]subjativos são fenômenos cognitivos dados numa relação interativa entre os participantes da língua.

Em suma, devemos notar em nossas análises como se dá a relação entre texto, autor e leitor considerando as noções de coerência e contexto como processo da produção textual. Ademais, a noção de texto aqui adotada busca nas ações linguísticas, cognitivas e sociais revelar os efeitos de sentidos produzidos nessa relação.

HOMICÍDIO POLICIAL EM ‘LEGÍTIMA DEFESA’: TEXTO, AUTOR E LEITOR NO ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÃO

Texto 1

EDITORIAL: HOMICÍDIO POLICIAL
20/09/2014 02h00

As imagens divulgadas pela TV Record são impressionantes e deixam pouco espaço para dúvidas. Elas flagram o momento em que, na quinta-feira (18), um policial militar atira e mata um vendedor ambulante, na zona oeste de São Paulo. Fica documentado um ato de violência brutal e inaceitável.

O vídeo mostra um agente com um tubo de gás pimenta na mão esquerda e uma pistola na direita. Só isso já seria condenável, pois não se tratava de confronto com criminosos armados, mas de ação policial com o objetivo de reprimir o comércio ilegal na região. Como logo ficou claro, a temeridade do gesto não era abstrata. Em meio a uma discussão, o piauiense Carlos Augusto Muniz Braga, 30, agarrou a mão esquerda do

policial, no que parecia uma tentativa de arrancar-lhe o spray. A reação foi absurda: o agente disparou contra o rosto do ambulante.

Do ponto de vista institucional, a situação ficou ainda pior. Divulgando informações equívocas, a Polícia Militar mostrava-se, num primeiro momento, disposta a tentar minimizar – quem sabe até encobrir – o homicídio. Confrontada com as imagens, no entanto, viu-se obrigada a admitir a gravidade das circunstâncias.

Mais tarde, a Secretaria da Segurança Pública afirmou que o policial foi preso em flagrante. Ainda seria aberto um inquérito militar para apurar o caso, e a Polícia Civil também o investigaria.

É o mínimo, mas convém lembrar que os resultados desses procedimentos elementares, em geral conduzidos intramuros, nem sempre surgem com a desejável presteza e o necessário rigor.

O episódio reitera o diagnóstico de que a atuação da polícia no Brasil permanece marcada por uma cultura de arbitrariedade, violência e despreparo incompatíveis com os padrões da democracia.

Segundo o 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, as polícias no Brasil matam, em média, quatro vezes mais civis do que as norte-americanas – e 125 vezes mais do que a polícia do Reino Unido.

É fato que prospera por aqui um tipo de criminalidade armada, em geral ligada ao narcotráfico, que muitas vezes torna inevitável o confronto. Isso, no entanto, não explica as rotineiras mortes de cidadãos desarmados.

Passa da hora de as autoridades brasileiras enfrentarem a questão com a urgência e a seriedade que ela exige. Seria um retrocesso atroz permitir que casos como o registrado em São Paulo possam terminar impunes.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/editorial-homicidio-policial.shtml>. Acesso em 28/09/2014

Texto 2

LEITORES COMENTAM EDITORIAL SOBRE MORTE DE CAMELÔ POR POLICIAL

22/09/2014 02h00

Conforme o editorial "[Homicídio policial](#)", as polícias brasileiras matam três vezes mais civis do que as americanas e 125 vezes mais que a polícia do Reino Unido. Segundo dados de 2011 do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, em cinco anos a polícia de São Paulo matou mais do que todas as polícias dos EUA juntas. A "tragédia contínua", que o coronel reformado José Vicente da Silva Filho negou existir no [Painel do Leitor](#), parece ser uma realidade.

Henrique Stecanella Cid (São Paulo, SP)

Texto 3

Discordo frontalmente do editorial da **Folha**, que considerou absurda a reação do policial contra o ambulante que lhe queria tomar o spray de pimenta. O que o policial podia fazer? Esperar o ambulante ou outras pessoas lhe tomarem a arma e depois lhe agredir? Infelizmente houve uma morte, mas foi em virtude da atitude tresloucada do ambulante. Não há dúvida de que o policial agiu em legítima defesa. Muitas vezes a polícia erra, mas dessa vez atuou corretamente.

Marcos Neri de Almeida (Santos, SP)

Nos textos 1, 2 e 3 não separamos as condições de autorialidade. Deste modo, mesmo que os textos 2 e 3 sejam produzidos por leitores do jornal, consideramos seu produtor como autor, bem como consideramos como autor a instância jornalística do gênero editorial. E, em certa medida, do conjunto que constitui os textos publicados na seção *Painel do Leitor*, posto que os efeitos de sentidos produzidos são, também, decorrentes da situação de comunicação proposta pelos editores do jornal. O leitor, nesse caso, é aquele que interage com o conjunto de textos publicados no *Painel do Leitor*.

O texto 1 diz respeito ao editorial publicado pela *Folha de São Paulo* em seu posicionamento acerca da morte do camelô Carlos Augusto Muniz Braga. Os textos 2 e 3, embora tenham como referencial o editorial da Folha, assim como ele, não têm como tema principal a morte do camelô, mas a ação da polícia. Há um pequeno deslocamento temático em curso, a partir do texto 1 para os textos 2 e 3. Esse deslocamento é instaurado pela instância jornalística à medida que seleciona e publica os comentários em questão.

Notemos que, no texto 2, o autor se quer comenta a morte do camelô, o tema central de seu comentário diz respeito à violência da polícia brasileira em comparação às polícias norte-americana e britânica. Contudo, o tema é inserido retomando as informações do editorial da *Folha* e do *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. Os marcadores *conforme* e *segundo* indicam que o posicionamento contido nessa informação não é assumido pelo autor/leitor. Ou seja, esse ponto de vista é atribuído a outro enunciador, mas se materializa, no texto, produzindo um efeito de sentido de verdade.

O ponto de vista do autor do texto 2 aparece apenas no final do texto “a tragédia contínua [...] parece ser uma realidade”. Não obstante, como já havia acontecido na primeira linha do texto, esse trecho remete o leitor a um *link Painel do Leitor* que o levará a outro texto de um autor nomeado do coronel reformado da Polícia Militar José Vicente da Silva Filho. Antes mesmo o autor do texto 2 insere a expressão catafórica “tragédia contínua” entre aspas para remeter à expressão usada pelo coronel reformado. Essas características hipertextuais mudam as condições de recepção do texto. O leitor pode clicar no *link* e migrar para outro texto, bem como seguir a leitura linear dos textos inseridos na supramencionada seção².

² Estamos considerando aqui a versão digital da seção *Painel do Leitor*.

Tanto uma ação quanto outra afeta às relações de coerência e, por conseguinte, à construção do contexto. Ambas, igualmente, tendem afastar o leitor do fulcro temático que motivou a produção do editorial. A noção de autoralidade, nessa dimensão, torna-se complexa, uma vez que o autor do texto 2 é uma instância que assume o ponto de vista da instância jornalística, pela qual é colocado, de modo estratégico, em relação ao texto 2 e ao texto do coronel reformado da Polícia Militar José Vicente da Silva Filho.

O leitor, portanto, pode estabelecer uma coerência por meio dos modelos mentais, contemplando o texto 2 como texto de partida. Em outras palavras, o leitor pode construir representações cognitivas de sua experiência, sem levar em conta os textos referidos na seção. De outra forma, o leitor pode estabelecer uma coerência, por meio de modelos mentais, considerando o conjunto de textos constituídos na seção *Painel do Leitor*. Esse procedimento pelo conjunto de textos proporciona a construção de um modelo de contexto mais amplo do tema abordado, dado que os modelos de contexto, segundo Van Dijk (2012), têm propriedades de outros modelos da experiência cotidiana. Trata-se de considerar, portanto, o ambiente, os participantes e o Eu-mesmo.

No texto 3, não há características hipertextuais explícitas que levem o leitor a uma leitura *não linear*. Essa estratégia visa a remeter o leitor ao próprio texto, já que o posicionamento do autor do texto 3 é antagônico ao posicionamento do jornal e, por conseguinte, do autor do texto 2. “Discordo frontalmente do editorial da Folha”. Nesse caso, o autor assume a responsabilidade enunciativa por meio do pronome em 1º pessoa *eu*. No entanto, essa assunção vai ao encontro do ponto de vista do texto do coronel reformado que, no texto 2, surge por meio do referente catafórico “tragédia contínua” e pelo *link* Painel do Leitor. Assim, mesmo remetendo o leitor a apenas o ponto de vista no texto 2, os elementos implícitos da superfície do texto constituem-se, por meio dos modelos mentais dos leitores, por um espaço de significação.

O jornal dispõe, assim, dois pontos de vista antagônicos a cerca da ação policial no caso da morte do camelô. O primeiro diz respeito ao seu próprio posicionamento, pelo qual condena a ação policial. O segundo refere-se a um posicionamento contrário que, embora tenha resultado em morte, diz ter sido acertada a ação policial. Essa estratégia tem por escopo utilizar o texto, nos termos de Hanks (2008), de forma global, isto é, como um conjunto de signos interpretados de modo coerente pelos indivíduos de uma sociedade.

É relevante notar, nessa estratégia, os papéis sociais dos produtores dos textos. Quando lemos um comentário do leitor publicado no jornal, ficamos predispostos a acreditar que o autor “fala” do lugar social de leitor. Esse efeito de sentido é criado pela instância jornalística por meio de uma cenografia de debate. Em outras palavras, a seção chamada *Painel do Leitor* evidencia um espaço destinado ao leitor da *Folha* para manifestar sua opinião, portanto, destina-se às pessoas reais que discutem acerca de questões da sociedade em que estão inseridas.

Todavia, devemos observar que, nesse caso, os papéis sociais se invertem. O ‘leitor’ que toma a palavra só o faz pela legitimação concedida pela instância jornalística. Em última instância, esse leitor é legitimado por um estatuto socioprofissional conferido apenas àqueles que fazem parte da imprensa. Nessa senda, ele também está apto a discutir os conteúdos selecionados por esta instância, desde que se submeta aos aspectos formais do gênero de discurso, de maneira a respeitar certo controle dos conteúdos. Logo, o comentário do leitor que vemos publicado pelo jornal torna o leitor (pessoa real) em autor-instância numa relação híbrida de autorialidade com a instância jornalística.

Nesse aspecto, podemos conjecturar que o jornal mobiliza uma função-leitor, ou seja, um leitor implicado no texto a fim de instaurar um debate controlado pelo jornal. Cabe lembrar aqui que a *Folha* publicou apenas dois comentários de seu editorial. Com efeito, não se trata de quantidade, já que o espaço físico em jornais é um bem precioso. No entanto, devemos nos ater nos recursos coesivos que servem para orientar o leitor na construção dos sentidos.

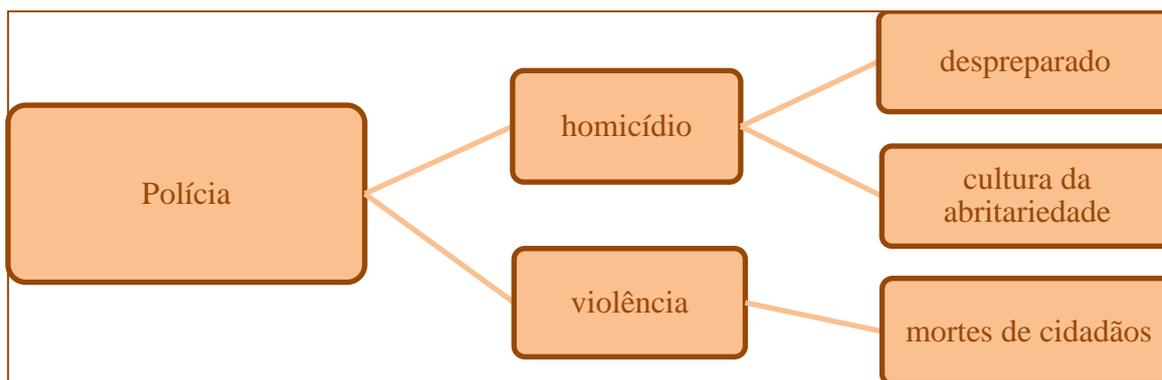
Conforme Beaugrande e Dressler (1981), a coesão baseia-se na ligação por intermédio de associações gramaticais dos elementos da superfície textual. Deste modo, *todos os procedimentos que servem para marcar relações entre os elementos superficiais de um texto se incluem no conceito de coesão.* (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981, p. 37) Propomos que, nas amostras selecionadas nesse trabalho, os elementos coesivos sejam observados pelo conjunto dos textos publicados na seção *Painel do Leitor*, como mostra a figura abaixo.

The image is a screenshot of the Folha de S. Paulo website. At the top, the masthead reads 'FOLHA DE S. PAULO' with the tagline 'UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL'. Below this is a navigation bar with various menu items like 'Opinião', 'Política', 'Mundo', etc. The main content area features a large article titled 'Leitores comentam editorial sobre morte de camelô por policial' dated 22/09/2014. The article text discusses a police officer's reaction to a street vendor's death. To the right of the article, there are several promotional banners: 'Vivo 4G', 'Vivo Internet Fibra' (offering 100 Mega for R\$59.90), an 'enquete' (poll) about USP, and a 'meu olhar' section. A Quaticorp advertisement is also visible on the right side.

Figura 1. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/editorial-homicidio-policial.shtml>. Acesso em 20/11/2014.

Os elementos coesivos mais produtivos em nossas amostras são aqueles que são representados pelo grupo de mecanismos que visa a marcar, de modo explícito, a presença de relações internas entre elementos ou conteúdos. Em nosso caso, mais precisamente conteúdos, pela forma de repetição, repetição parcial e paráfrase. O item lexical *polícia*, por exemplo, retoma o referente temático instaurado no editorial, cuja direção remete o leitor à questão da atuação da polícia no Brasil, desfocalizando questões sociais sobre desemprego e comércio ilegal e apagando a fato gerador da notícia, a saber: a morte do camelô Carlos Augusto Muniz Braga.

Contudo, esse referente temático marcado pelo item lexical *polícia* se revela, por meio de outros itens lexicais, os quais servem para mobilizar o posicionamento do jornal acerca da instituição polícia no Brasil. O editorial, por ser um gênero de opinião, é o desencadeador do novo tema. Em outras palavras, o autor do editorial visa a instaurar um debate mais global em detrimento ao local. Deste modo, o faz por meio de um juízo de valor. Ao item lexical *polícia*, são aproximados novos conteúdos semânticos, como podemos observar no esquema abaixo:



Esquema 1.

Esses itens lexicais associados ao item lexical *polícia* determinam o referente temático dos comentários dos leitores no *Painel do Leitor*. Nesse sentido, o texto, pensado como um processo de construção de sentidos, implica o conhecimento da língua e de como funciona as coisas do mundo. As relações dos sujeitos em cada sociedade e seus modelos mentais, bem como o conhecimento compartilhado entre eles. O modelo de contexto produzido no editorial [texto 1] permite que os leitores mobilizem seus conhecimentos de mundo a partir das condições sócio-históricas da existência da polícia no Brasil. A seleção e publicação desses comentários [texto 2 e 3] pelo jornal viabiliza a expansão desse debate.

O autor do texto 2, mesmo se posicionando contra o editorial da *Folha*, marca seu ponto de vista enfocando o particular. “Discordo frontalmente do editorial da Folha, que considerou absurda a reação do policial contra o ambulante”. A seleção desse comentário não é aleatória. Ainda que discorde da opinião do jornal, o texto 3 legitima o que o editorial chamou de homicídio, de cultura da arbitrariedade, de despreparo etc., ao classificar a atitude do ambulante como ‘tresloucada’. Podemos inferir que, caso fosse uma polícia bem preparada, a ação poderia ser resolvida de modo eficaz e pacífico, já que não se tratava de um criminoso. Logo, a ação do policial não pode ser tratada como legítima defesa como enfatiza o autor do texto 2. “Não há dúvida de que o policial agiu em legítima defesa”.

A legítima defesa se enquadra naquilo que o Direito define como situações que possibilitam a atuação do ofendido para sua defesa própria, na falta de atuação do Estado. No caso da morte do camelô, o Estado é representado pela polícia, portanto, não há falta de atuação do Estado. O exemplo mais evidente da possibilidade de utilização da legítima defesa ocorre nos atos que colocam em risco a integridade física do indivíduo. Deste modo, o ofendido poderá utilizar os recursos disponíveis para neutralizar a ação danosa que lhe fora

direcionada. Contudo, a neutralização surge como ponto nevrálgico da legitimidade de uma defesa. Trata-se de não exacerbar no revide, neutralizando a ação originariamente nociva de forma suficiente, porém contida.

A princípio, quando uma pessoa é atacada fisicamente por terceiro com um soco e se defende com arma de fogo, atirando no peito do ofensor, não se considera legítima defesa. Agrava-se a negação desse direito se a pessoa ofendida possuir porte físico para contenção do agressor sem a necessidade da utilização de uma arma de fogo. No caso da ação policial na morte do camelô, o policial não só possuía porte físico, como estava acompanhado de mais policiais em uma ação legitimada pelo Estado. A lógica da legítima defesa seria a obstrução do golpe, com defesa corporal e eventualmente um ataque por meio de uso do corpo do ofendido para conter a ação “tresloucada” do ofensor.

Essas considerações revelam que a estratégia coesiva do jornal ao publicar o texto 3 constituiu, na produção do conjunto dos textos, uma cenografia de debate, produzindo um efeito de sentido de posicionamento antagônico a do jornal e a favor da ação policial de modo particular. Contudo, de modo global o texto três retoma a crítica a polícia por suas ações na sociedade. Deste modo, a relação entre texto, autor e leitor no *Painel do Leitor da Folha* se dá por meio da situação de comunicação instaurada pela instância jornalística que visa a mobilizar um debate a partir de seu próprio posicionamento acerca da instituição *polícia* no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, observamos que as categorias de autor e leitor podem funcionar como estratégia na construção de sentido nos textos. No caso do *Painel do Leitor da Folha*, os textos de leitores reais e nomeados funcionam como práticas discursivas que visam a retomar o posicionamento do jornal. O jornal, por sua vez, por meio dos comentários dos leitores, cria a cenografia de debate, colocando em pauta aquilo que, segundo ele, considera mais importante no Brasil e no mundo. Na leitura que fizemos, o debate relevante instaurado pelo jornal diz respeito à atuação da polícia no Brasil que é, segundo o jornal, considerada despreparada e truculenta. Embora este seja um debate fulcral na sociedade brasileira, carece

de uma visão menos maniqueísta, e que pesem aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey, Ablex, 1997.

_____. DRESSLER, W. U. *Introduction to Text Linguistics*. Londres: Longman, 1981.

_____. DRESSLER, W.U. *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel, 1997.

HANKS, William. Texto e textualidade. In: BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato Cabral; MACHADO, Marco Antonio R.(orgs.). *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 118-168)

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *As tramas do texto*. São Paulo: Contexto, 2014.

MARCUSCHI. Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SANDIG, Bárbara. O texto como conceito prototípico. In: WIESER, Hans Peter; KOCH, Ingedore G. Villaça (orgs.) *Linguística textual: perspectivas alemãs*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. pp. 47-72.

SCHNOTZ, Wolfgang. O que acontece na mente do leitor? Os processos de construção mentais durante a compreensão textual do ponto de vista da psicologia e da linguística cognitiva. In: *Hans Peter Wieser; Ingedore G. Villça Koch (Orgs.). Linguística textual: perspectivas alemãs*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

VAN DIJK, T. A. *Text e context: exploration in the semantics and pragmatics of discourse*. 2º ed. Londres: Logman, 1982.

_____. *Discurso e Contexto: uma abordagem Sociocognitiva*. Tradutor Rodolfo Ilari. – São Paulo: Contexto, 2012.

Data de recebimento: 11/12/2014

Data de aprovação: 17/12/2014